



## MOBILIZAÇÃO CONTRA O PL 5435/2020

Seguimos na campanha contra o [PL 5435/2020](#), apresentado pelo senador Eduardo Girão (Podemos/CE). O PL ressuscita o estatuto do nascituro sob o disfarce de um “estatuto da gestante” para inserir o [“direito à vida desde a concepção”](#) na legislação e impedir a realização do aborto nos casos hoje permitidos. A proposta também traz de volta o [“bolsa estupro”](#), ao criar um auxílio para as mulheres que optarem manter uma gravidez resultante de violência sexual.

O Projeto teve uma tramitação atípica. Falamos da apresentação dele no [Radar de 14 de dezembro](#) e sem passar por nenhuma Comissão do Senado, entrou na pauta de prioridades do mês das mulheres. Se não fosse a enorme pressão, o PL teria entrado na pauta da semana passada sem nenhum debate com os movimentos e organizações de mulheres. Em carta pública, a [Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto](#) fez um apelo para que nenhuma menina ou mulher seja obrigada a levar adiante a gravidez fruto de um estupro.

A relatora, senadora Simone Tebet (MDB/MT), anunciou que está preparando um substitutivo que exclui as polêmicas, para colocar em votação ainda essa semana. Mas a posição dos movimentos e de especialistas é pela rejeição da proposta. Foram enviadas as senadoras as [notas e pareceres da Rede Médica pelo Direito de Decidir \(Global Doctors for Choice/Brasil\)](#) e [Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras, CLADEM/Brasil, CONDEGE \(Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais\), ANADEP \(Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos\)](#), e da professora de direito e ativista Luciana Boiteux.

Na pesquisa de opinião do Senado, a maioria é pela rejeição do PL 5435/2020: 287.755 são contrárias à proposta, enquanto que 40.653 pessoas são favoráveis. A mobilização continua essa semana e a expectativa é que o projeto não entre em pauta.

## Feminicídio na pauta da Câmara

As organizações feministas que integram o **Consórcio da Lei Maria da Penha** apresentaram para as deputadas um documento se posicionando contra o excesso de propostas alterando a Lei Maria da Penha, a maior parte delas aumentando as penas. Teve urgência aprovada o [PL 1568/2019, de autoria de Rose Modesto \(PSDB/MS\)](#), que aumenta a pena mínima do crime de feminicídio.

O Consórcio procurou as deputadas que fazem parte da **Frente Parlamentar Feminista Antirracista** para pautar o problema dos projetos que propõem aumento de pena tramitarem nessa velocidade, sem diálogo com as organizações de mulheres. Enquanto outros projetos não avançam, como os indicados na CPMI da violência contra a mulher anos atrás. Além da falta de debate, o Consórcio chama a atenção para a ausência de políticas públicas e de orçamento para a rede de atendimento.

Na contramão da perspectiva punitivista, os movimentos feministas e de mulheres organizaram o [Levante Feminista contra o Feminicídio](#), que começou com a campanha “Nem Pense em Me Matar, Quem Mata uma Mulher Mata a Humanidade”. O [manifesto](#) já recolheu mais de 30 mil assinaturas. Assine você também e divulgue!



## Agenda positiva para as mulheres na Câmara

A Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular, por sua vez, realizou o **Webinário giratório – Pacote pela vida das mulheres**, compartilhando com a sociedade projetos e iniciativas em defesa da autonomia, dignidade, participação política, segurança alimentar, direito aos territórios, enfrentamento ao racismo, à violência, ao capacitismo na vida das mulheres. Propostas que tramitam dentro e fora da Câmara Federal e são defendidas por deputadas, movimentos e organizações feministas.

## Orçamento Federal

O Congresso Nacional aprovou o Orçamento 2021. Chama tristemente atenção o crescimento dos recursos destinados para a Defesa - cinco vezes maior que os recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS), e os cortes na educação, na previdência, cortes que inviabilizam a realização do Censo Demográfico. Enquanto isso aumento dos recursos para as emendas parlamentares.

## Pandemia

A pandemia segue sem controle, a vacinação a passos lentos e o governo segue ignorando, sendo incompetente e contribuindo para o caos. Já são quase 13 milhões de pessoas infectadas e 310 mil mortes. Em alguns Estados, já se junta ao colapso da saúde, um colapso do sistema funerário. Até quando?

Arthur Lira, presidente da Câmara, fez um discurso no final da semana anunciando um “sinal amarelo” para a atuação do Executivo, mas propondo uma atuação conjunta. A proposta seria a Câmara trabalhar nas próximas semanas com foco nas questões da Pandemia, deixando de lado outros temas. No entanto, as Comissões já começaram a trabalhar para aprovar requerimentos de audiências públicas e outras ações, como veremos neste Radar.

## PROPOSTAS APROVADAS

### Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) quer esclarecimentos sobre reformulação do PNDH

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara vai ser presidida pelo deputado Carlos Veras (PT/PE). Orlando Silva (PCdoB/SP) é o 1º vice-presidente; Erika Kokay (PT/DF) a 2º vice-presidente; e deputada Sâmia Bonfim (PSOL/SP) a 3º vice-presidente. Uma das primeiras ações foi a aprovação do [REQ 6/2021](#), de autoria do deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), para convidar a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para comparecer à CDHM com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca da reformulação do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). No mesmo sentido foi aprovado o [REQ 15/2021](#), de autoria do deputado Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB) e mais cinco.

### Teste do pezinho ampliado

[PL 5043/2020](#), de autoria do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS) e mais 8, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN). A ideia é estabelecer rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho. Foi aprovado o [parecer](#) da relatora, deputada Marina Santos (SOLIDARI/PI), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. A matéria será discutida pelo Senado.

# PROPOSTAS APROVADAS

## Comissão de Seguridade Social e Família aprova três requerimentos

- REQ 42/2021, de autoria da deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC), para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater sobre as consequências da Covid na vida e na saúde das mulheres.
- REQ 50/2021, de autoria da deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES), para a criação, no âmbito da CSSF, de um Grupo de Trabalho para tratar e acompanhar assuntos relacionados ao combate à violência contra a Mulher.
- REQ 64/2021, de autoria da deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), para realização de audiência pública para debater as iniciativas da sociedade civil organizada na prevenção e combate do câncer de colo de útero, no contexto da pandemia de Covid19 no país.

## Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM) aprova realização de audiências públicas

Presidida pela deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), elegeu a deputada Dulce Miranda (MDB/TO) para o cargo de 1º vice-presidente; deputada Lauriete (PSC/ES) para o cargo de 2º vice-presidente; e deputada Aline Gurgel (REPUBLICANOS/AP) para o cargo de 3º vice-presidente. E aprovou o REQ 1/2021, de autoria da deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC), para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família para debater sobre as consequências da Covid na vida e na saúde das mulheres; e o REQ 2/2021, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), para a realização de audiência pública para debater o tema “O impacto da Reforma Administrativa na vida das mulheres”.

# PAUTA DA SEMANA

## NO CONGRESSO NACIONAL

Até o fechamento do Radar, a Pauta da Semana do plenário não havia sido divulgada.

Já as comissões retomam os trabalhos aos poucos. Alguns projetos interessantes vão ser discutidos:

- Comissão de Esporte (CESPO) discute apoios ao esporte feminino

PL 3637/2019 (na origem PLS 397/2016), de autoria da senadora Rose de Freitas (MDB/ES), institui normas gerais sobre desporto, para incluir a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos. O relator, deputado Júlio Cesar Ribeiro (REPUBLIC/DF), deu parecer pela aprovação.

PL 4089/2019, de autoria da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO), assegura que 30% (trinta por cento) dos recursos recebidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro a título de participação no produto da arrecadação das loterias federais sejam aplicados no esporte feminino. O relator, deputado Júlio Cesar Ribeiro (REPUBLIC/DF), deu parecer pela aprovação.

- Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), discute cotas para mulheres em conselhos e entidades

PL 7179/2017 - senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE) - Dispõe sobre a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A relatora, deputada Erika Kokay (PT/DF) deu parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo.

PL 2084/2019 - deputada Soraya Santos (PR/RJ) - Torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de mulheres na composição de entidades de representação civil. A relatora, deputada Flávia Moraes (PDT/GO), deu parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo.

## Plenário do senado discute multa para combater a diferença salarial entre homens e mulheres

PLC 130/2011 (PL 6393/2009), de autoria do deputado Marçal Filho (MDB/MS), altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. O relator, senador Paulo Paim (PT/RS), deu parecer pela aprovação com emenda.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Mais um PDL susta a portaria do Ministério da Saúde que restringe os direitos das mulheres ao aborto legal. Falta a mesa colocar o tema em debate!

PDL 136/2021, de autoria da deputada Shéridan (PSDB/RR), susta os efeitos da Portaria 2.561, de 23 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde, que “dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS”. Ano passado outras cinco propostas foram apresentadas neste mesmo sentido (PDL 428/2020, PDL 472/2020, PDL 409/2020, PDL 410/2020 e PDL 413/2020).

## Novas propostas propõe aumento de pena para casos de violência

PL 995/2021, de autoria do deputado Carlos Jordy (PSL/RJ), altera o Código Penal para estabelecer causa de aumento das penas dos crimes de estupro de vulnerável e furto mediante fraude quando o agente, por meio da ministração de drogas lícitas ou ilícitas, coloca a vítima em situação de vulnerabilidade, com a diminuição ou eliminação de sua resistência. O PL 1012/2021, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), estabelece penas para os crimes de assédio e importunação sexual cometidos por motoristas de aplicativos.



# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

Mais de 300 mil mortes e eles preocupados em impedir que uma mulher que engravidou em decorrência de estupro possa interromper a gravidez

O deputado Filipe Barros (PSL/PR), apresentou o [REQ 585/2021](#) para que a Mesa dê andamento a várias proposições, entre elas o [PL 2893/2019](#), que revoga o art. 128 do Código Penal que dispõe sobre as situações em que o aborto é permitido no Brasil, revogando, portanto, os dois permissivos – quando a vida da mulher está em risco e gravidez resultante de estupro. A proposta é de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), que apresentou o [REQ 597/2021](#) no mesmo sentido, e do próprio Filipe Barros.

Neste mesmo requerimento a Deputada solicita despacho para outras proposições de sua autoria, entre elas: [PL 1945/2020](#) (aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto), [PL 211/2021](#) (proíbe o uso de linguagem inclusiva), [PL 299/2021](#) (proíbe qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos), [PL 434/2021](#) (institui o Estatuto do Nascituro) e [PL 739/2021](#) (altera o Código Penal a fim de estender os efeitos da norma para quando o crime de que trata o artigo for cometido contra pessoa de idade igual a catorze anos).

O deputado Aécio Neves (PSDB/MG) apresentou o [REQ 588/2021](#), para que seja criada a Comissão Especial destinada a proferir parecer à [PEC 181-A/2015](#), do Senado Federal. A proposta altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro, mas ficou conhecida como PEC "Cavalo de Troia" pela manobra fundamentalista para incluir o direito à vida desde a concepção no texto.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Propostas tratam do tema da violência contra pessoas idosas

O deputado Ossesio Silva (REPUBLIC/PE), apresentou duas propostas neste sentido: o [PL 1093/2021](#), que prevê a elaboração e distribuição de material educativo relativo ao combate à violência contra a pessoa idosa; e o [PL 1094/2021](#), que institui a Semana de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa nas Escolas.

## Mais um PL sugere a inclusão do tema da violência contra as mulheres nos currículos da educação infantil

[PL 998/2021](#), de autoria da deputada Policial Katia Sastre (PL/SP), dispõe sobre a obrigatoriedade da presença nos currículos da educação infantil, ensino fundamental e médio de matérias específicas de combate e prevenção da violência doméstica contra a mulher.

## Privatização não!

O deputado André Figueiredo (PDT/CE) apresentou três projetos de decreto legislativo suspendendo os processos de privatização da Empresa Brasil de Comunicação - EBC ([PDL 127/2021](#)), da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT ([PDL 126/2021](#)) e das Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras ([PDL 125/2021](#)).

## Não é melhor revogar de vez a Lei de Segurança Nacional e suas sucessoras?

[PL 993/2021](#), de autoria do senador Cid Gomes (PDT/CE), define os crimes contra a ordem política e social e o Estado Democrático de Direito.



# VALE A PENA CONFERIR!



## Portal Catarinas

PL no Senado quer retirar direitos das mulheres e dar direitos a estuprador



## Congresso em Foco

Críticas ao Estatuto da Gestante vão além do “bolsa-estupro”



## Universa UOL

Estatuto da gestante: nome populista para retirar o direito ao aborto legal.



## Contatos Assessoria Política

Cargos Influentes no Congresso Nacional - PERFIL 2021



## Az Mina

Propostas desfavoráveis às mulheres podem ganhar apoio de novas lideranças no Congresso.



## Webinário da Frente Parlamentar Feminista

Pacotaço pela Vida das Mulheres



## Podcast enRedando

Aborto legal em risco e a luta por nenhum direito a menos



Radarelaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.